



Uma análise das rainhas ao sul do Humber na Inglaterra Anglo-Saxônica a partir do conceito de queenship (séculos VIII-X)

Isabela Albuquerque¹

Resumo: O objetivo deste artigo consiste em analisar três rainhas inglesas referentes ao período anglo-saxônico: Cynethryth de Mercia, Eadburg de Wessex e Æthelflæd, senhora da Mercia, a partir do poder e autoridade que essas três mulheres desempenharam enquanto rainhas e governantes em dois reinos do sul do rio Humber, Mercia e Wessex. Para tanto, levaremos em conta tanto narrativas do manuscrito C da Crônica Anglo-Saxônica e a De Rebus Gestis Alfredi, assim como diplomas nos quais essas mulheres estão presentes, tanto na emissão quanto na lista de testemunhas. Os estudos sobre rainhas, apesar dos avanços nas duas últimas décadas, ainda são escassos no Brasil, sobretudo quando se tratam de pesquisas que abarcam o período alto medieval. Baseadas nos estudos sobre queenship, compreendemos que a participação de rainhas no período medieval não consistia em algo raro, numa exceção, mas como uma das engrenagens para o funcionamento da monarquia.

Abstract: The objective of this article is to analyse three English queens from the Anglo-Saxon period: Cynethryth of Mercia, Eadburg of Wessex and Æthelflæd, lady of Mercia, based on the power and authority that these three women held as queens and rulers in two kingdoms of south of the River Humber, Mercia and Wessex. To this end, we will take into account both narratives from manuscript C of the Anglo-Saxon Chronicle and De Rebus Gestis Alfredi, as well as diplomas in which these women are present, both in the issuance and in the list of witnesses. Studies on queens, despite advances in the last two decades, are still scarce in Brazil, especially when it comes to research that covers the high medieval period. Based on studies on queenship, we understand that the participation of queens in the medieval period was not something rare, an exception, but as one of the gears for the functioning of the monarchy.

Palavras-chave: queenship; gênero; monarquia.

Keywords: queenship; gender; monarch.

¹ Professora Adjunta de História Medieval e Ensino de História Medieval da Universidade de Pernambuco/Campus Garanhuns. Coordenadora do Insulae - Grupo de Estudos sobre a Britânia, Irlanda e Ilhas do Arquipélago Norte, na Antiguidade e Medieval - e integrante do grupo Brathair.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2907098125824197>
E-mail: historiaraquel@gmail.com





1. As mulheres na história: de objetos a sujeitos

No estudo da história das sociedades humanas, quase sempre quando abordamos um indivíduo sem denominá-lo a priori, tendemos a pressupor que ele era homem, salvo quando tal sujeito é identificado como mulher. A mulher camponesa, a mulher operária, a mulher no mercado de trabalho representa um recorte dentro de uma identificação mais abrangente, como se ela não fizesse parte deste. “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é;”, afirmou Judith Butler em seu célebre livro *Gender trouble*, traduzido para o português brasileiro como *Problemas de gênero*. Contudo, o fato de se fazer necessário mencionar com frequência quando a pesquisa se direciona para um estudo sobre mulheres, remete-nos à dimensão de que, na maioria das vezes, - para não dizer sempre - a compreensão que temos do sujeito humano universal é frequentemente associada a uma identidade masculina.

Os historiadores sociais supuseram as mulheres como uma categoria homogênea, definidas como pessoas biologicamente femininas que, mesmo circulando em papéis e contextos distintos, mantinha sua essência inalterada. Essa leitura contribuiu nos anos 70 para o discurso da identidade coletiva, firmando-se o antagonismo homem versus mulher, favorecendo assim uma mobilização política no âmbito do movimento feminista. A emergência da história das mulheres desempenhou um papel primordial na desmistificação das correntes historiográficas herdeiras do iluminismo e derrubaram a suposta imparcialidade de suas leituras e interpretações, tendo em vista que tais autores eliminavam as mulheres das suas narrativas (SOHEIT, 1997: 97). A emergência da história das mulheres enquanto um campo de estudos foi de fundamental importância para questionar e desconstruir esquemas globalizantes e lineares a respeito dos processos históricos nacional e universal.

Contudo, investigar quem foram as mulheres ao longo da história não é uma tarefa simples e isso perpassa uma premissa de que não existe uma categoria “mulheres” como universal, consciente das relações de gênero (BUTLER, 2023: 24). Entretanto, ao antagonizar homens versus mulheres pretendia-se inseri-las também nessa história, com uma identidade própria e unificada enquanto grupo, algo que sabemos não ser tão simples assim, haja vista que é impossível, pois não existe uma categoria unificada e universalizada mulheres. Elas diferem enquanto integrantes de grupos sociais distintos, em função do tempo histórico no qual estão inseridas, nas atividades econômicas às quais se destinam. Ainda assim, mesmo quando as consideramos como mulheres, isso não





implica que as mesmas sejam, inclusive, cisgêneros, para serem enquadradas numa categoria binária homem-mulher.

O protagonismo masculino dentro dos estudos históricos, entretanto, levou a um questionamento, a partir da década de sessenta: onde estão as mulheres na história? É imperativo que se escreva tal história, pois isso significa levá-las a sério e ultrapassar o árduo problema de que "Não se sabe sobre as mulheres, porque não há relatos nas fontes" (PERROT, 1995: 9). Tal assertiva, apesar de parcialmente verdadeira, leva-nos a uma atitude corajosa de transpormos as barreiras dessa suposta escassez de fontes a respeito das mulheres, haja vista que, elas estão presentes nos documentos, mas, tendo em vista o caráter misógino e tipicamente masculino, elas aparecem por vezes silenciadas, cabendo a nós no presente, portanto, sermos responsáveis por identificarmos, traduzirmos e servirmos de porta vozes para esses sujeitos.

Existem muitas fontes, portanto, nas quais se pode ouvir suas vozes diretamente, fontes que falam delas, (PERROT, 2019: 25), fontes a respeito delas estão em todos os lugares, mescladas supostamente às dos homens. Logo, podemos afirmar que existe um silêncio historiográfico a respeito das mulheres na historiografia do século XIX. As que aparecem nas narrativas oficiais ocorrem em função de algum tipo de excepcionalidade (beleza, virtudes, heroísmo ou o contrário, intervenções nocivas e atitudes tenebrosas, vidas escandalosas). "A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem" (PERROT, 1995: 13). As personagens femininas só se faziam presentes a ponto de merecerem destaque nas narrativas históricas, portanto, quando eram admiradas e exaltadas por suas virtudes ou identificadas como corrompidas por seus defeitos, numa espécie de modelo e contra-modelo e necessariamente julgadas a partir de olhos masculinos, através dos quais só poderiam ser classificadas como boas ou más.

Contudo, a história das mulheres também mudou, tanto em seus objetos quanto em seus pontos de vista, de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada, para observá-las também no espaço público, saindo, portanto, de uma história das mulheres vítima para chegar a uma história das mulheres ativas, a partir de suas interações e das mudanças que as mesmas acarretam, dialogando bem mais com uma história do gênero (PERROT, 2019: 15-16).

A historiadora americana Joan Scott, ao discorrer sobre a categoria de gênero, reconhece a importância da mesma dentro dos estudos sobre mulheres, ressaltando a importância de alargarmos nossos objetos para além do que a história tradicionalmente selecionou como importante (regimes políticos e suas trajetórias, normalmente associadas





aos homens no exercício do poder político, por exemplo). Para Scott, gênero é um dos elementos constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primária de dar significado às relações de poder, intrínseca à inclusão de uma concepção política bem como uma referência às instituições e à organização social.

2. *Queenship* e as rainhas da Inglaterra Anglo-Saxônica

Queenship ou o ofício da rainha ² emergiu enquanto um modelo coerente e específico no Ocidente, a partir de noções cristãs de monarquia - o que não significa que, enquanto um fenômeno, a atuação das rainhas não tenha sido algo frequente em outras regiões do globo e em outros períodos da história ³. As imperatrizes bizantinas, por exemplo, foram modelos para as rainhas do Ocidente Medieval (EARENIGHT, 2013, p. 12).

Queenship é utilizado, portanto, pensando as rainhas em relação ao político, ou seja, refletindo que seu poder se ligava ao domínio “oficial” do rei, a fim de melhor delimitar qual era a extensão do seu papel e de sua autoridade como tal e como esse ofício toma formas de expressão nas fontes medievais. Embora os autores medievais tivessem escrito mais a respeito da reputação e das ações das rainhas do que propriamente sobre seus ofícios, se é possível traçar uma espécie de modelo do que é *queenship* e porque os comportamentos dessas rainhas foram catalogados (PARSONS, 2006, p. 683), o que corrobora a ideia de que tais papéis de gênero de feminino - e consequentemente a partir do contraponto masculino - foram performatizados discursivamente.

² Optamos ao longo de nosso trabalho pelo termo no original em inglês em função de os estudos sobre o ofício da rainha serem ainda escassos e até mesmo pouco conhecidos no Brasil.

³ Como muito pouco se escreveu a respeito do ofício das rainhas, uma abordagem à luz da longa duração bradeuliana ou até mesmo da história global é importante para fins comparativos, ao observar as rupturas e continuidades, as variáveis e as constâncias nos papéis desempenhados pelas rainhas ao longo do tempo e do espaço, assim como o impacto de diferentes tradições culturais e religiosas (EARENIGHT, 2017, p. 5). Merece destaque aqui a obra organizada pela historiadora britânica Elena Woodacre, intitulada *Global Queenship*, na qual foram reunidos artigos sobre diversas rainhas no Ocidente medieval, no Oriente, Pacífico, por exemplo.





Um exemplo explícito disso, é como muitas vezes o poder da rainha está associado ao que chamamos de *soft power*, algo mais informal que o poder do rei. Contudo, numa sociedade em que os espaços público e privado parecem se misturar, nosso olhar contemporâneo, sem levar em conta as dinâmicas presentes nas sociedades medievais, podem induzir-nos a pensar essa atuação como algo de menor importância e relevância, o que não é necessariamente verdade. A intercessão prefigura um elemento chave dentro do queenship sobretudo porque vincula-se a elementos bíblicos, inspirados em modelos espirituais dessa atuação feminina, tais como Virgem Maria ou Ester. Na visão de Earenfight, há 3 funcionalidades para a intercessão da rainha: a reconsideração régia, para suprir a falta de influência masculina junto a outrem e para afirmar o papel masculino do monarca (2013, p. 11-12). A intercessão feminina não seria apenas uma versão de um poder de menor importância, mas uma ferramenta importante, que torna possível ao rei, inclusive, mudar de opinião.

Apesar da monarquia ser considerada como uma instituição fora de moda ou até mesmo uma relíquia do passado, ao nos debruçarmos sobre o período medieval e atestamos que mulheres eram politicamente ativas e agentes influentes em seu próprio tempo, ajuda-nos a desconstruir a ideia de que nosso papel na sociedade é algo relativamente recente em meio a um vasto domínio masculino. Sendo assim, os estudos de *queenship* desafiam as narrativas androcêntricas e desmascara a noção de que apenas os reis foram os protagonistas na história de seus reinos. Ao desfocar na análise da figura régia masculina, é possível observarmos que outros agentes estão envolvidos (WOODACRE, 2021, p. 2).

Ao traçarmos um inventário de quais rainhas inglesas do alto medievo estiveram presentes em *charters*, observamos que se trata de um número bastante expressivo para ser desconsiderado. Dentre os reinos ao sul do Humber, rio que corta a Britânia na região nordeste da Inglaterra entre os condados de East Riding, North Lincolnshire e North East Lincolnshire, Mercia e Wessex serão o foco deste artigo. A escolha em questão deve-se pelo fato de que a construção da Inglaterra no período anglo-saxônico enquanto reino esteve vinculado aos reinos ao sul, sobretudo a partir de Wessex, mas com forte presença também do reino da Mercia, o qual também foi importante no que concerne à participação política das rainhas inglesas na ilha.

Um exemplo pouco comum no período alto medieval inglês foram mulheres que governaram sozinhas. Um dos casos mais emblemáticos foi do de Æthelflæd que governou a região da Mercia sozinha após a morte de seu marido, *Ealdorman* Æthelred





(c.881-911). Enquanto à frente da Mercia, que após as sucessivas incursões vikings entre os idos de 877 foi ocupada pelos mesmos, Æthelred chancelou sete diplomas, participando Æthelflæd de todos eles. Após sua morte em 911, a antiga princesa de Wessex governou a Mercia sozinha, emitiu charters em seu nome, sendo designada nos mesmos como *domina Merciorum* (S 224) e *gubernacula regens Merciorum* (S 225).

Eu, Æthelflæd, soberana dos mércios pela ajuda da suprema piedade e pela generosa clemência de Cristo, com o conselho dos bispos e de meus dignatários, dei permissão a meu ministro Eadric para que adquirisse uma terra de 10 mansos em Farnborough, cuja posse caberá para sempre a ele e a seus herdeiros ⁴

Além da fórmula *gubernacula regens Merciorum*, cabe destacar o termo utilizado pelo escriba, como a expressão genitiva *optimatumque meorum*, para expressar que os membros do Witan, eram seus homens, fiéis à ela. De acordo com as leis de Æthelberht de Kent (c.589-616), por exemplo, uma mulher (*wif*) era considerada parte da família de um integrante masculino, de seu marido, caso seja casada, ou de seu pai ou seus irmãos, caso ainda solteira, e qualquer dano a ela é, na verdade, ao senhor. Não existe, portanto, o reconhecimento de que uma mulher possua uma identidade fora de sua relação com o homem que, em tese, a possui (PASTERNAK, 2013, p. 119).

Mesmo em se tratando de uma fonte documental de natureza distinta das leis, é possível identificar as visões da sociedade inglesa ao sul do Humber a respeito das mulheres. Contudo, a forma como Æthelflæd se expressa através do escriba difere da posição a qual às mulheres foram colocadas nas leis, haja vista que ela é aí sujeito e agente, ao indicar pronomes que denotam que ela pertencem a ela os homens sob comando, por exemplo. Aliás, o próprio ato em si de chancela de uma diploma já transmite não apenas sua autoridade enquanto governante, mas também seu papel ativo e que isso, era possível a uma mulher aristocrata no período: sair do escopo de mera propriedade de um homem e poder desempenhar funções tipicamente atribuídas como masculinas.

A narrativa a respeito da sua morte, presente na entrada do ano de 918 do MS C (Cônica de Abingdon II) da *Crônica Anglo-Saxônica*, relata-a

⁴ *ego Æpelfled, iuuante suprema pietate et largiente clementia Christi gubernacula regens Merciorum, cum consilio episcoporum optimatumque meorum, dedi licentiam Eadrice meo ministro comparandi terram .x. manentium at Fernbeorgen, sibi suisque heredibus perpetualiter possidendam.*





Aqui, no início do ano, com a ajuda de Deus, ela pacificamente obteve o controle da fortificação em Leicester e a maior parte dos exércitos que eram de lá foram subjugados. E também o povo de York prometeu a ela - alguns com promessas e outros confirmaram com juramentos - que eles estariam a seu dispor. Mas rapidamente após terem feito isso, ela partiu, 12 dias antes do meio do verão, dentro de Tamworth, no oitavo ano que ela deteve o controle da Mercia com devida autoridade e seu corpo encontra-se em Gloucester no pórtico do lado oriental da igreja de São Pedro ⁵.

De acordo com a ASC, Æthelflæd obteve o controle da região, subjugando os exércitos locais em Leicester, e obtendo juramentos da população de York. Outro destaque no trecho, é salientar que Æthelflæd esteve à frente do controle da Mercia com devida autoridade reforçando o papel em defender a Mercia de grupos vikings, tarefa atribuída normalmente a grupos masculinos. Logo, o/a cronista do MS C na entrada de 918 rompe com a narrativa centrada em aristocratas (homens) e reis, ao abordar uma mulher da aristocracia enquanto responsável pela defesa do território que governava e destacado que tudo isso foi alcançado com “a ajuda de Deus”.

No ano seguinte, em 919, o MS C ainda aponta que a filha do *Ealdorman* Æthelred e Æthelflæd, assumiu a Mercia no lugar da sua mãe, sendo logo em seguida privada do controle da região e foi levada para Wessex três semanas antes do Natal ⁶. Podemos deduzir que Ælfwyn teria sucedido sua mãe após sua morte, mas não ficou à frente por muito tempo. Seu tio, Edward, foi rei de Wessex até o ano de 924 e, a fim de estender o controle de Wessex até a Mercia, retira sua sobrinha do poder e incorpora-a enquanto parte dos domínios dos saxões do oeste.

Ainda que não as mulheres que governaram no período medieval possam ser apontadas como uma exceção à regra, cabe ressaltar que não havia uma lei para tal, mas uma preferência por governos masculinos. As mulheres que superaram os costumes e tradições patriarcais ou cujas circunstâncias impeliam-nas ao trono e a elas era permitido

⁵ *Her heo begeat on hire gewæld mid Godes fultume on forewardne gear gesybsumlice þa burh æt Ligraceastre, 7 se mæsta dæl þæs herges þe ðærto hirde wearð underþeoded. 7 hæfdon eac Eforwicingas hire gehaten, 7 sume on wedde geseald, sume mid aþum gefæstnod þæt hi on hyre rædenne beon woldon. Ac swiðe hrædlice þæs ðe hi þæs geworden hæfde, heo gefor .xii. nihtun ær middan sumera binnan Tamaweorþige ðy eahtoþan geare þæs ðe heo Myrcna anweald mid riht hlaforddome healdende wæs, 7 hyre lic lið binnan Gleawcestre on þam east portice Sancte Petres cyrcean..*

⁶ *Her eac wearð Æþeredes dohtor Myrcna hlafordes ælces anwealdes on Myrcum benumen, 7 on Westsexe aleded þrim wucum ær middan wintra, seo wæs haten Ælfwyn.*





exercer poder e autoridade, a fim de perpetuar a dinastia (EARENFIGHT, 2013, p. 3). No que tange a suas relações com as casas dinásticas às quais passaram a fazer parte, a adoção de práticas para impedir a participação de mulheres reais em disputas envolvendo o trono demonstra o quanto elas estavam incluídas em contextos familiares (PARSONS, 2006, p. 684). Logo, para compreender as muitas facetas do *queenship* medieval, é importante ter uma definição inclusiva do poder monárquico, o qual considere também elementos familiares, sociais, culturais, religiosos e políticos.

Definitivamente, Æthelflæd, assim como sua filha, Ælfwyn, que a sucedeu após sua morte, são exceções nas *Crônicas*, mas nos dão margem a pensar quantas outras mulheres aristocratas no período anglo-saxônico podem ter desempenhado papéis preponderantes que não foram narrados pelos/as cronistas da época.

Apesar de a mulher ser, tradicionalmente, considerada inferior ao homem e algumas delas ultrapassaram as fronteiras do gênero, o que era preocupante para os pais da Igreja. Homens que conviviam em demasia com mulheres em casa religiosas mistas, por exemplo, acabavam por tornarem-se “efeminados”, ao passo que as mulheres passavam a agir como senhores e dominantes (ELLIOT :27).

Recuando um pouco no tempo, outras rainhas merecem destaque em nossa análise. Com relação aos comportamentos das rainhas inglesas no reino de Wessex, por exemplo, dois trechos da *Vita Aelfredi* são bastante elucidativos. Nascida no reino da Mercia, de acordo com os relatos da *Crônica Anglo-Saxônica*, Eadburg foi para Wessex, a fim de se casar com Beorhtric em 789. Filha dos governantes da Mercia Offa e Cynethryth, enquanto rainha do reino dos saxões do oeste, Eadburg participou de 2 charters: S149, referente a doações de terra na própria Mercia e o S 268, em Wessex. Segundo o relato de Asser, a respeito de Eadburg





Havia na Mercia em tempos recentes um certo rei vigoroso, chamado Offa, que aterrorizou os reinos e províncias vizinhos e que construiu um grande fosso entre Gales e Mercia, de mar a mar. Beorhtric, rei dos saxões do oeste, recebeu em casamento sua filha, chamada Eadbugh. Assim que ganhou a amizade do rei, e poder por quase todo o reino, ela começou a se comportar como uma tirana, a exemplo de seu pai - a detestar todo homem de quem Beorhtric gostasse, a fazer todas as coisas odiosas a Deus e aos homens, a denunciar todos que podia perante o rei e por trapaça privar da vida ou do poder; e, caso não conseguisse atingir esse objetivo com a conformidade do rei, ela os matava com veneno. (...) É dito que o rei Beorhtric tomou algum desse veneno sem saber: ela não pretendia dar a ele, mas a um jovem homem, mas o rei tomou primeiro e os dois morreram.”⁷

O trecho destacado permite-nos algumas reflexões importantes a respeito da atuação das rainhas. Primeiramente, a reputação de Eadbugh é narrada como de uma mulher tirânica e ardilosa, pois, assim que conseguiu a confiança e o poder, teria passado a atuar de maneira sórdida, atentando, inclusive, contra a vida daqueles que adentravam seu caminho. A uma primeira leitura da narrativa, podemos, talvez, concordar com a visão de Asser a respeito dela e pensar que sua reputação vil fez chegar até os ouvidos do autor histórias a respeito do comportamento vil da rainha em questão. Contudo, a partir dos pressupostos dos estudos sobre *queenship*, atrelados aos estudos de gênero, outras interpretações podem ser traçadas.

Como filha de Cynethryth, Eadburgh certamente observou sua mãe governando ao lado de seu pai, Offa. Ao longo do século VIII, no reino da Mercia, a rainha Cynethryth (770 -) também foi bastante atuante junto ao reino em questão, participou de vinte e três charters, tanto chancelando-os ou como parte da lista de testemunhas⁸. Em dois deles - S 117 e S118 (780) - rainha em questão ser apresentada a partir da fórmula latina *Cynedryð Dei gratia regina Merciorum* (rainha dos mércios pela graça de Deus).

⁷ Fuit in Mercia moderno tempore quidam strenuus atque universis circa se regibus et regionibus finitimis formidolosus rex, nomine Offa, qui vallum magnum inter Britanniam atque Merciam de mari usque ad mare fieri imperavit. Cuius filiam nomine Eadburh, Beorhtric Occidentalium Saxonum rex, sibi in coniugium accepit. Quae confestim accepta regis amicitia et totius pene regni poteste, more paterno tyrannice viver inceptit, et omnem hominem execrati, quem Beorhtric diligeret, et omnia odibilia Deo et hominibus facere, et omnes, quos posset, ad regem accusare, et ita aut vita aut potestate per insidias privare. Et si a rege illud impetrare non posset, veneno eos necabat; (...) De quo veneno etiam proposuerat, sed puer; sed rex praeoccupavit, inde ambo periere. (De Rebus Gestis Alfredi, §14).

⁸ Os charters em questão são: S 104, S 110, S 111, S 112, S 117, S 118, S 120, S 123, S 124, S 125, S 127, S 129, S 140, S 150, S 50, S 60, S 133, fora as cartas que Cynethryth trocou com o clérigo Alcuíno de York, quando o mesmo estava na corte franca.






Retornando a Eadbugh, enquanto princesa da Mercia, certamente observou o comportamento de sua mãe e aprendeu com ela - de forma sistemática ou não - como se portar e como governar. Rainhas, normalmente, não herdavam o reino de seus pais, mas deslocavam-se, mas se deslocavam para se casar e viver com reis (EARENIGHT, 2013 p. 13). Logo, enquanto oriunda da região da Mercia, Eadbugh levou consigo suas próprias observações e experiências e, possivelmente, tentou aplicá-las em Wessex, uma região onde as fontes que mencionam rainhas são consideravelmente em menor número.

Até que ponto Eadbugh era uma mulher má, vil, autoritária e maquinadora? Ou não teria sido ela uma rainha assertiva em suas opiniões, que objetivava construir suas próprias redes no reino que também governada e que, por consequência, acabou por desagradar homens aristocratas próximos ao rei, tremendo perderem seu prestígio, sua autoridade e sua influência junto a ele? Tais perguntas extremamente pertinentes que nos auxiliam a rever a forma como interpretamos as fontes do período.

Por isso, os estudos sobre *queenship* não oferecem apenas a oportunidade de iluminar mulheres e identificar sua participação enquanto membro da aristocracia, mas abre a um leque de possibilidades que auxiliam na interpretação de como eram as redes contato e influência, das relações das rainhas com seu *staff*, por quais espaços oficiais e extraoficiais ela circulava, quem financiava, entre outros., um ponto fulcral na compreensão das relações sociais que permeiam o ofício da rainha (WOODACRE, 2021, p. 2).

Em outro trecho atribuído a obra de Asser,






Contudo, dispondo de autocontrole e sábio conselho (como eu havia dito), para evitar qualquer perigo para o reino, ele não queria que fosse assim [Æthelwulf não queria que isso fosse expulsar seu filho Æthelbald do reino de Wessex]; e sem nenhuma opinião contrária ou insatisfação da parte dos nobres, ele ordenou que Judith, a filha do rei Carlos [o Calvo], que ele recebeu de seu pai, deveria sentar-se ao lado dele no trono real até o fim de sua vida, embora isso fosse contrário ao errôneo costume daquele povo. Os saxões do oeste não deixavam a rainha sentar-se ao lado do rei, nem deixavam que fosse chamada de "rainha", mas, ao invés disso, "esposa do rei". **Os antigos da ilha sustentam que esse costume disputado e infame originou-se devido a uma certa gananciosa e perversa rainha desse mesmo povo, que fez tudo o que podia contra seu senhor e contra todo o povo. Não apenas ela conseguiu ser odiada, levando à sua expulsão do trono, como trouxe o mesmo injusto estigma para todas as rainhas que vieram depois dela.** (Grifos nossos) ⁹

O trecho em questão traz algumas informações a respeito do reino de Wessex e sua relação com as rainhas. Apesar da informação de que as rainhas não eram denominadas como tal, mas apenas por "esposas do rei", ser a única referência a respeito nas fontes do período, de fato, a presença delas em Wessex não foi tão expressiva como no reino da Mercia, por exemplo. A presença das rainhas dos saxões do oeste nos charters, seja participando da emissão dos mesmos junto aos reis ou como aparição nas listas de testemunhas foi bastante inexpressiva quando comparada com as rainhas mércias.

Ao evidenciar a posição em segundo plano que as rainhas costumavam ocupar em Wessex, Asser reafirma a condição régia de Judith, sobretudo pelo vínculo familiar que ela agregava à casa dos saxões do oeste, reforça o vínculo de Alfred, através do seu pai Æthelwulf, com a casa do finado Carlos Magno, destacando a proeminência de Wessex na região. Logo, diferentemente de outras rainhas anglo-saxônicas Judith merecia estar naquele lugar, ao lado de Æthelwulf no trono, em função de sua descendência.

Contudo, o trecho grifado acompanha uma informação a respeito das rainhas anteriores à Judith. O parágrafo 13 do texto de Asser, anterior ao que menciona a rainha Eadbugh é certamente um prelúdio a seu respeito.

⁹ *Sed ille, ut diximus, nimia clementia et prudenti consilio usus, ne ad regni periculum perveniret, ita fieri noluit; et Iuthitham, Karoli regis filiam, quam a patre sua acceperat, iuxta se in regali solio [suo,] sine aliqua suorum nobilium controversia et odio, usque ad obitum vitae sua, contra perversam illius gentis consuetudinem, sedere imperavit. Gens namque Occidentalium Saxonum reginam iuxta regem sedere non patitur, nec etiam reginam appellari, sed regis coniugem permittit.* De Rebus Gestis Alfredi, §13.





Conclusão

A respeito da Inglaterra anglo-saxônica, poucos são os estudos que envolvem o conceito de *queenship*, tendo em vista que a maioria centra-se a partir do século XII, em função da maior disponibilidade de fontes documentais. A maioria deles ainda versa sobre as vidas de Matilda (r. 1141 – 1148), Eleonor de Aquitânia (r.1154-1189), Isabela de França (1308-1327), para citar apenas algumas. A facilidade no acesso às fontes (como narrativas, cartas e documentos legais, por exemplo) influenciam diretamente no maior número de pesquisas, em comparação com o período alto medieval inglês. Entretanto, tal obstáculo não deve representar um entrave para que não busquemos identificar de que maneira as rainhas do período anglo-saxônico (VIII-XI) procuravam exercer seu poder e autoridade, dispunham e desfrutavam de bens móveis e imóveis, participavam direta ou indiretamente de reuniões do *Witan* (o conselho dos aristocratas ingleses) e buscavam seu espaço enquanto rainhas (consortes, mães, viúvas ou regentes).

Os diplomas emitidos por Offa e Cynethryth ou aqueles em que ela participou como testemunhas são os primeiros registros de que temos notícias de uma rainha inglesa atuando junto ao *Witan*. A partir de Cynethryth diversas outras rainhas apareceram na documentação cartulária, estendendo-se, a partir do século IX, para o reino de Wessex também.

Em narrativas como *Crônica Anglo-Saxônica*, na *Chronicon Æthelweardi* (A Crônica de Æthelweard), as rainhas são raramente lembradas, ao passo que nos *charters* é onde está mais evidente e expressiva a participação dessas mulheres aristocratas em decisões políticas, dinâmicas de doações de terras e benefícios e doações em testamentos.

Primeiramente, na própria lista de testemunhas dos diplomas, atestamos a presença de rainhas. O fato de elas também estarem presentes no momento em que as decisões eram tomadas - tendo em vista que os *charters* são os relatos e a memória de tais eventos - é um forte indício de que elas também participavam ativamente das decisões tomadas dentro da esfera política. Por último, algumas aristocratas emitiram *charters* em seu nome, como foi o caso de Æthelflaed, que governou a região da Mercia entre os anos de 911-918. Mesmo não sendo uma rainha por título, a função que desempenhou correspondeu a uma governante.





De acordo com os dados nas fontes, podemos verificar que Cynethryth, Eadburg e Æthelflad desempenharam de fato poder nos reinos e regiões que governaram, ao lado de seus maridos ou sozinhas.

Na documentação narrativa, podemos identificar que as visões sobre as rainhas podem ser diversas. O MS C da *Crônica* ao narrar sobre Æthelflad enfatiza suas ações de forma positiva, aproximando-a de elementos típicos masculinos, já que controlar fortificações, subjugar exércitos, aglutinar juramentos, governar eram normalmente papéis desempenhados por homens. Logo, à senhora dos mercios foram atribuídos papéis masculinos, destacados de maneira positiva.

Quanto à Eadburg, no entanto, odiada por supostamente ter atentando contra seu senhor e contra o povo, seu comportamento tirânico, vinculado ao do seu pai, bem como sua intromissão em assuntos que interfeririam em redes já estabelecidas - ao querer privar homens próximos ao rei Beorhtric da vida ou do poder por trapaça. Logo, mesmo esposa do monarca e rainha, tornou-se *persona non grata* na corte de Wessex, desagradando, segundo o cronista Asser, aristocratas que já desempenhavam papéis de destaque junto.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

Campbell, A. (ed.). **The Chronicle of Æthelweard**. London: Thomas Nelson and Sons Ltd, 1962. Edição bilíngue latim-inglês.

Keynes, Simon and Lapidge, Michael (trad.). **Alfred the Great**. Asser's Life of King Alfred and other contemporary sources. London: Penguin Books, 2004.

Stevenson, William Henry (ed.). **Asser's Life of King Alfred together with the Annals of Saint Neots - erroneously ascribed to Asser**. Oxford: Clarendon Press, 1904.

Swanton, M.J. (Ed.) **The Anglo-Saxon Chronicles**. London: Phoenix Press, 2000.

Fontes eletrônicas





The Anglo-Saxon Chronicle. Versão em inglês antigo. Capturado em [XML Edition of the Anglo-Saxon Chronicle \(jebbo.co.uk\)](#)

Referências

| 93

BANTON, Virginia and Scheck, Helene. “Women”. In: Stodinick, Jaqueline and Trilling, Renée. **A Handbook of Anglo-Saxon Studies.** Chichester: Blackwell Publishing, 2012. p. 265-280.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo, subversão e identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

DUMVILLE, David N. “Kings, Currency and Alliances: History of Coinage of Southern England”. Woodbridge: The Boydell Press, 1998. p. 1-45.

DUGGAN, Anne (ed.). **Queens and Queenship in Medieval Europe** : Proceedings of a Conference Held At King's College London, 1995. Woodbridge: The Boydell Press, 1997.

EARENIGHT, Theresa. **Queenship in Medieval Europe.** New York & London: Palgrave Macmillan, 2013.

EARENIGHT, Theresa. Medieval queenship. In: **History Compass**, 2016.

ELLIOT, Dylan. “Gender and the Christian Traditions”. In: BENNET, Judith and KARRAS, Ruth (Ed.). **The Oxford Handbook of Women and Gender in Medieval Europe.** Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 22-

ERLER, Mary and KOWALESKI, Maryanne (ed.). **Women and Power in the Middle Ages.** Athens and London: The University of Georgia Press, 1988.

FARMER, Sharon A. **Gender and Difference In the Middle Ages.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

FELL, Christine E. **Women in Anglo-Saxon England.** Cowley: Basil Blackwell, 1987.

Firth, Matthew. Identifying Queenship in Pre-Conquest England. A. Norrie et al. (eds.), **Norman to Early Plantagenet Consorts, Queenship and Power**, 2023 p. 17-45.





LEYSER, Henrietta. **Medieval women: a social history of women in England (450-1500)**. New York: St. Martin 's Press, 1995.

MOLINEAUX, George. **The Formation of the English Kingdom in the Tenth Century**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

PASTERNAK, Carol Braun. "Negotiating Gender in Anglo-Saxon England". In: FARMER, Sharon, PASTERNAK, Carol Braun. **Gender and Difference in the Middle Ages**. University of Minnesota Press. p. 107-142.

PERROT, Michelle. "Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência". In: **cadernos pagu** (4) 1995: pp. 9-28.

_____ **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2019.

SCHAUS, Margaret. **Women and Gender in Medieval Europe**. New York & London: Routledge, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, 1990. p. 5-22,

SMITH, Julie Ann. **Queen-making and queenship in Early Medieval England and Francia**. PhD: Department of History of the University of York, 1993.

WILLIAMS, Ann. **Kingship and Government in pre-Conquest England (500-1066)**. London: Macmillan Press LTD., 1999.

WOODACRE, Ellie (ed.). **A Companion to Global Queenship**. Leeds: Arc Humanities Press, 2018.

_____ **Queens and Queenship**. Leeds: Arc Humanities Press, 2021.

YORKE, Barbara. **Kings and Kingdoms of Early Anglo-Saxon England**. Taylor&Francis e-Library, 2003

